

DO VERÃO AO INVERNO

Luiz Carlos Bresser-Pereira

Folha de S.Paulo, 22.6.1989

O fracasso do Plano Verão leva agora o governo - ou pelo menos o Palácio do Planalto - a cogitar em um novo plano contra a inflação, que a Folha batizou de Plano Inverno. Segundo as fontes deste jornal o novo plano distinguir-se-ia dos anteriores porque seria um "plano ortodoxo". Ora, o Plano Verão, apesar da tentativa de congelamento, foi um plano ortodoxo, e fracassou exatamente devido às medidas ortodoxas que continha - a desindexação e a estipulação de uma taxa de juros brutalmente alta - ao mesmo tempo que se revelava incapaz de resolver um problema que é o objeto de toda política econômica racional e pragmática: a eliminação de um déficit público crônico e sem condições reais de ser financiado.

O Plano Verão teria sido um grande sucesso se conseguisse manter a inflação abaixo de 20 por cento até o final do ano. O ideal seria, naturalmente, que zerasse a inflação. Mas estava claro que o governo não tinha o poder necessário para isso, já que não tinha e não tem a capacidade de eliminar o déficit público e produzir um superávit. Por isso foi um grande erro desindexar a economia. Além da crise de confiança que provocou nos investidores em OTNs, tirou da economia a âncora fundamental representada pela indexação. Enquanto isso um congelamento sem legitimidade na sociedade aplicava-se apenas a alguns preços controláveis, enquanto os demais permaneciam, na prática, liberados. Em consequência os desequilíbrios nos preços relativos tornaram-se cada vez maiores.

A reindexação e a rápida flexibilização dos preços teria sido a forma de evitar a explosão inflacionária decorrente da violenta recomposição dos preços relativos, que certamente ocorreria quando o governo não tivesse mais condições de manter congelados os preços dos setores controláveis. O governo, entretanto, custou muito em reindexar plenamente a economia, e quando afinal o fez, com o estabelecimento da BTN fiscal - ou seja, da moeda indexada diariamente - já era muito tarde, a inflação já havia explodido, o Plano Verão já havia fracassado: a inflação de junho será superior a 20 por cento. A liberação na prática dos preços controláveis - principalmente os de alimentação - ocorreu na última semana de maio e na primeira de junho, levando a inflação de junho a mais do que dobrar em relação ao mês anterior.

O Ministro da Fazenda declarou que o Plano Verão fracassou porque "o governo perdeu a batalha das expectativas". Mailson está correto, mas é preciso acrescentar porque isto aconteceu. A principal razão foi a convicção dos agentes econômicos de que o Plano Verão, que prometia acabar com o déficit público, não lograria alcançar esse objetivo. Pelo contrário, a partir de outra medida ortodoxa monetarista equivocada - a brutal elevação da taxa de juros - o Plano Verão acabou convencendo os agentes econômicos de que o déficit público aumentaria ao invés de diminuir, visto que, afinal, aquela taxa de juros astronômica deveria ser paga pelo próprio Estado na sua qualidade de grande endividado.

Agora a introdução da BTN fiscal não impedir que, através do processo inescapável de recomposição dos preços relativos, a inflação continue a crescer fortemente pelo menos nos dois próximos meses. Será 30 por cento o patamar em que ela se estabilizará? Ironicamente, seria bom que isto fosse verdade. Mas o mais provável é que ela continue a crescer.

Por isso a possibilidade de um novo choque - por mais desgastados que estejam os choques e o governo - não deve ser descartada. Poderá ser uma necessidade. Mas, na eventualidade de um novo choque, o mais importante é que ele não seja nem ortodoxo, nem heterodoxo, mas pragmático, e que seja acompanhado de um pacto social mínimo.

Alguns dos componentes do Plano Inverno seriam a recuperação do nível histórico da receita tributária bruta, a eliminação de todos os subsídios exceto os das exportações, a unificação das tarifas alfandegárias, a liberação do comércio internacional. São medidas necessárias, desde que a liberação do comércio internacional seja feita com a cautela necessária. Entretanto, fala-se também que o novo plano promover "a flexibilização da taxa de câmbio". Ora, isto, sim, é pura "ortodoxia", do mesmo tipo da desindexação geral e da elevação absurda das taxas de juros, que apressaram o fracasso do Plano Verão.

É importante que as novas medidas obtenham o apoio do FMI. O risco da hiperinflação, que ronda a economia, deriva fundamentalmente da perda de crédito do governo. Um acordo com o FMI poderia ter como consequência devolver aos investidores do mercado financeiro a segurança de que a dívida interna não sofrerá deságios nem será consolidada.

Por outro lado, é fundamental que o novo plano tenha um mínimo de embasamento na sociedade. Precisamos com urgência, primeiro, de um pacto entre os empresários contra a perda de confiança no país e a fuga de capitais e, em seguida, de algum tipo de pacto social. A fraqueza do governo, sua falta de legitimidade política, não constituem razão para que esse pacto não ocorra. Pelo contrário, são o grande motivo pelo qual ele é essencial. Quando um governo é fraco cabe à sociedade suprir sua fraqueza.